

- f) Elaborar os autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao pagamento na proporção correspondente à participação financeira de sua responsabilidade;
- g) Elaborar a conta final e proceder à recepção provisória e definitiva da obra.

Cláusula 4.ª

Instrumentos financeiros e responsabilidade de financiamento

1 — A participação financeira do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, contempla os encargos da Câmara Municipal de Alcoutim com a execução do empreendimento previsto no presente acordo até ao montante global de € 65 186, a atribuir na totalidade em 2005.

2 — Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, poderá o Secretário de Estado da Administração Local autorizar a concessão de adiantamentos, na observância das disponibilidades orçamentais do momento.

3 — O apoio financeiro da administração central não abrange os custos resultantes de altas de praça, revisões de preços não previstas na programação financeira, trabalhos a mais, erros e omissões.

4 — Caberá ao município de Alcoutim assegurar a parte do investimento não financiado pelo acordo de colaboração nos termos do n.º 1 da presente cláusula.

5 — Ao município de Alcoutim caberá a responsabilidade da execução financeira presentemente acordada. A não utilização no ano económico das dotações previstas no presente acordo determina a perda do saldo anual existente.

Cláusula 5.ª

Estrutura de acompanhamento e controlo

A estrutura de acompanhamento e controlo de execução do acordo de colaboração será constituída pelos representantes da Direcção-Geral das Autarquias Locais, da CCDRA e da Câmara Municipal de Alcoutim.

Cláusula 6.ª

Dotação orçamental

As verbas que asseguram a execução dos investimentos previstos neste acordo de colaboração são inscritas anualmente nos orçamentos do município de Alcoutim e do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, de acordo com a participação estabelecida na cláusula 4.ª

Cláusula 7.ª

Resolução do acordo

O incumprimento do objecto do presente acordo e da respectiva programação constitui motivo suficiente para a sua resolução, autorizando o município a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei das Finanças Locais até à integral restituição das verbas recebidas.

15 de Janeiro de 2005. — A Directora-Geral das Autarquias Locais, *Maria Eugénia Santos*. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, *José António de Campos Correia*. — O Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim, *Francisco Augusto Caimoto Amaral*.

Homologo.

15 de Janeiro de 2005. — O Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, *José Luís Fazenda Arnaut Duarte*.

Inspecção-Geral da Administração do Território

Despacho (extracto) n.º 4090/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Fevereiro de 2005 do inspector-geral da Administração do Território (nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março):

Joaquim Gabriel Mendes Nunes Vinagre e Luís Manuel Antunes Caramujo, técnicos de informática de grau 1, nível 2, e de grau 1, nível 3, respectivamente, do quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Administração do Território — nomeados, precedendo concurso, técnicos de informática de grau 2, nível 1, índice 470, do quadro da mesma Inspecção-Geral.

Estas nomeações têm cabimento orçamental confirmado por parte da 7.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento (Declaração n.º 3/2005, de 30 de Janeiro). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 2005. — O Inspector-Geral, *Raul Melo Santos*.

Despacho (extracto) n.º 4091/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Fevereiro de 2005 do inspector-geral da Administração do Território (nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março):

Francisco José Marreiros Pinguinha, técnico de informática de grau 2, nível 2, do quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Administração do Território — nomeado, precedendo concurso, técnico de informática de grau 3, nível 1, índice 610, escalão 2, do quadro da mesma Inspecção-Geral.

Esta nomeação tem cabimento orçamental confirmado por parte da 7.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento (Declaração n.º 3/2005, de 30 de Janeiro). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 2005. — O Inspector-Geral, *Raul Melo Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação

Despacho n.º 4092/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 110/96, de 2 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de protecção e produção integradas nas culturas de pomóideas e oliveira e protecção integrada nas culturas da vinha e frutos secos (amendoeira e castanheiro) a organização de agricultores seguidamente indicada:

CAGEST — Centro Agrícola de Gestão, associação com sede em Carrazeda de Ansiães, freguesia de Carrazeda de Ansiães, concelho de Carrazeda de Ansiães, distrito de Bragança, e com o número de identificação de pessoa colectiva 503991570.

30 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *David Ribeiro de Sousa Geraldês*.

Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar

Despacho (extracto) n.º 4093/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Fevereiro de 2005 do subdirector-geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar:

Ana Maria Rolo de Oliveira, Ana Patrícia Pereira Caldas de Penaguão Vilar, Carla Sónia Ovelha da Costa Teles Dias, Sarogini Carmen Monteiro, Fernanda Isabel da Graça Rodrigues Braz Pereira e Cláudia Cristina Cardoso Baptista, técnicas superiores de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico superior de 1.ª classe (escalão 1, índice 460), da carreira técnica superior, no mesmo quadro, tendo sido obtida confirmação de cabimento, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002.

A aceitação do novo lugar produz efeitos à data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 2005. — O Subdirector-Geral, *António Magro Tomé*.

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho n.º 4094/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do n.º 4 do despacho n.º 2057/2005 (2.ª série), de 13 de Janeiro, do director-geral

das Pescas e Aquicultura, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, de 28 de Janeiro de 2005:

1 — Subdelego no director de serviços do Departamento da Indústria, Mercados e Qualidade, Dr. Pedro Floriano de Lima Brito Dargent, a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Justificar ou injustificar faltas do pessoal afecto à respectiva unidade orgânica;
- b) Autorizar o início de férias e o seu gozo interpolado e a alteração de férias, bem como a sua acumulação parcial por interesse do serviço, do pessoal afecto à respectiva unidade orgânica;
- c) Assinar o que respeita a assuntos de natureza corrente do respectivo departamento.

2 — Subdelego na directora de serviços do Departamento de Economia Pesqueira e Estatística, Dr.ª Isabel Maria Gomes Ventura Cerejeira Torres, a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Justificar ou injustificar faltas do pessoal afecto à respectiva unidade orgânica;
- b) Autorizar o início de férias e o seu gozo interpolado e a alteração de férias, bem como a sua acumulação parcial por interesse do serviço, do pessoal afecto à respectiva unidade orgânica;
- c) Assinar o que respeita a assuntos de natureza corrente do respectivo departamento.
- d) Autorizar a libertação e ou substituição das garantias constituídas para assegurar a concretização de quaisquer projectos, desde que se verifiquem os pressupostos previstos nos dispositivos de aprovação dos mesmos e não resulte enfraquecida a posição credora do Estado.

3 — O presente despacho ratifica todos os actos entretanto praticados pelos referidos dirigentes no âmbito das competências subdelegadas entre 13 de Janeiro de 2005 e a data de publicação do presente despacho.

4 de Fevereiro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Carlos Albuquerque*.

Despacho n.º 4095/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do n.º 4 do despacho n.º 2057/2005 (2.ª série), de 13 de Janeiro, do director-geral das Pescas e Aquicultura, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, de 28 de Janeiro de 2005:

1 — Subdelego no director de serviços do Departamento de Inspeção das Pescas, Dr. Vítor Rodrigues Costa, a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Justificar ou injustificar faltas do pessoal afecto à respectiva unidade orgânica;
- b) Autorizar o início de férias e o seu gozo interpolado e alteração de férias, bem como a sua acumulação parcial por interesse do serviço, do pessoal afecto à respectiva unidade orgânica;
- c) Assinar o que respeita a assuntos de natureza corrente do respectivo Departamento.

2 — O presente despacho ratifica todos os actos entretanto praticados pelos referidos dirigentes no âmbito das competências subdelegadas entre 13 de Janeiro de 2005 e a data de publicação do presente despacho.

4 de Fevereiro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Alberto Fernandes Brás*.

Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior

Despacho (extracto) n.º 4096/2005 (2.ª série). — Por despacho do director regional de Agricultura da Beira Interior de 10 de Fevereiro de 2005, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, são nomeados, por reclassificação, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, aprovado pela Portaria n.º 557/99, de 27 de Julho, alterado pelo artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, os funcionários abaixo mencionados para a categoria e carreira que se indicam:

Nome	Categoria actual	Categoria de reclassificação
Luís Sérgio Matos Silva	Técnico de informática, grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática.	Especialista de informática, grau 1, nível 1, da carreira de especialista de informática.
João Paulo Martins Infante Pereira Benquerença.	Técnico de informática-adjunto, nível 2, da carreira de técnico de informática.	Especialista de informática, grau 1, nível 1, da carreira de especialista de informática.

10 de Fevereiro de 2005. — O Subdirector Regional, *Luís Jorge Gomes da Costa*.

Despacho (extracto) n.º 4097/2005 (2.ª série). — Por despacho do director regional de Agricultura da Beira Interior de 10 de Fevereiro de 2005, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, conjugado com a alínea a) do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, é nomeado

em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, aprovado pela Portaria n.º 557/99, de 27 de Julho, alterado pelo artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, o funcionário abaixo mencionado para a categoria e carreira que se indicam:

Nome	Categoria actual	Categoria de reclassificação
Fernando José Ribeiro da Cruz	Técnico de 2.ª classe da carreira de técnico	Especialista de informática, grau 1, nível 1, da carreira de especialista de informática.

A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço.

10 de Fevereiro de 2005. — O Subdirector Regional, *Luís Jorge Gomes da Costa*.

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

Aviso n.º 1875/2005 (2.ª série). — *Concurso n.º 15/2005.* — 1 — Ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho da presente data, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso misto com vista ao preenchimento de dois lugares de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, de dotação global do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, constante do mapa 1 anexo à Portaria n.º 556/99, de 27 de Julho, sendo um lugar destinado a pessoal do quadro desta Direcção Regional de Agricultura e o restante

lugar para funcionário pertencente a outros organismos da Administração Pública.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para as vagas acima indicadas e caduca com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — a este concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, e 404-/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e o Código do Procedimento Administrativo.

4 — Área e conteúdo funcional — o conteúdo funcional dos lugares a prover encontra-se definido no mapa 1 anexo à Portaria n.º 556/99, de 27 de Julho.

5 — Requisitos gerais e especiais de admissão — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo fixado para a apresentação